



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

**ILMA. SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO PROCESSANTE
INSTITUÍDA PELA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO/COGED Nº
18/2020.**

Processo Administrativo: SEI 1520.01.0001022/2019-76

Ex-Servidora: Fátima Da Conceição Francisco de Souza Guido

FATIMA DA CONCEIÇÃO FRANCISCO DE SOUZA GUIDO,

já qualificada, vem por seu procurador infra-assinado apresentar **DEFESA**, pelas questões de fato e de direito adiante expostas.

1.DO PRETENSO ILÍCITO

A Servidora supracitada foi indiciada (fl. 01) por haver, em tese¹: "*infringido o artigo 216, inciso VI, artigo 246, inciso I, artigo 250, inciso V da Lei nº 869/52, estando sujeita às penas previstas no artigo 244 da mesma Lei, por ter, supostamente, cometido falhas na coordenação das atividades realizadas na Gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças da FAOP, conforme determinado no art.13 do Decreto nº 45.807/2011 (revogado pelo Decreto nº 47.350/2018), quando não realizou acompanhamento das movimentações orçamentárias, bancárias, contábeis e financeiras da fundação, possivelmente permitindo e concorrendo, com sua conduta, a perpetuação de irregularidades relacionadas a práticas lesivas aos cofres públicos, no âmbito da FAOP;*"

¹ Transcrição de trecho da pg.01 do presente PAD



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

2.DOS FATOS

Em 10/05/2019 foi instaurada a sindicância n. 37/2019 visando apurar os fatos narrados na Nota técnica n. 2170.0166.19, emitida pela Unidade de Controle Interno da Fundação de Arte de Ouro Preto.

Abaixo citamos na íntegra a conclusão da referida Nota de Auditoria, por sua relevância ao entendimento dos fatos:

4. CONCLUSÃO

Com base nos levantamentos realizados, constatamos as seguintes irregularidades na execução financeira do Convênio LABCOR:

- Saque de recursos da conta do convênio com finalidade desconhecida;
- Transferência de recursos da conta específica do convênio para as contas FAOP 2017 e da servidora A.C.M., MASP 1.107.420-0;
- Falta de correspondência entre os valores debitados na conta do Convênio e os pagamentos realizados;
- Uso dos rendimentos da aplicação financeira para finalidade diferente da prevista no convênio;
- Demonstrativos financeiros adulterados (extratos bancários da Caixa Econômica Federal, Convênio LABCOR, referente aos meses de outubro de 2017 a julho de 2018).



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

Há indícios de que estas irregularidades foram realizadas pela ex servidora da Fundação de Arte de Ouro Preto, A.C.M., MASP 1.107.420-0, que no exercício de suas funções empregou recursos públicos em finalidade diversa da prevista em lei.

Considerando que a exoneração de cargo comissionado não exime servidores da responsabilidade por ato cometido durante o exercício do cargo ou função, em razão das constatações apontadas neste documento, encaminho esta Nota de Auditoria à Subcontroladoria de Correição Administrativa da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais, para conhecimento e tomada de providências frente ao levantamento dos seguintes ilícitos administrativos ocorridos durante a execução do Convênio LABCOR, da Fundação de Arte de Ouro Preto:

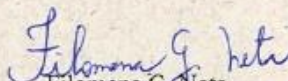
- Valimento do cargo ou função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função (artigo 217, inciso IV c/c artigo 246, inciso III da Lei Estadual nº 869 de 1952);
- Aplicação indevida de recursos públicos (artigo 249, inciso III da Lei Estadual nº 869 de 1952);
- Lesão dos cofres públicos (artigo 250, inciso IV da Lei Estadual nº 869 de 1952);



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fundação de Arte de Ouro Preto
Unidade Seccional de Controle Interno

- Falsificação de documento público (artigo 297 do Decreto-Lei nº 2.848 de 07.12.1940/Código Penal Brasileiro).

Unidade Seccional de Controle Interno – FAOP, Ouro Preto – 06 de fevereiro de 2019.


Filomena G. Neta
Auditora Interna
USCI - FAOP

Com a abertura da sindicância as pessoas que tiveram funções administrativas afetas ao alegado ilícito foram convocadas para oitiva.



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

Porém, ressalte-se, a intimação da ora Indiciada se deu apenas por seu antigo endereço eletrônico de email, não há nos autos qualquer prova de OUTRA tentativa (utilização de outro meio sem ser o antigo email) de comunicação ou convocação da Indiciada para esclarecer os fatos.

Importante destacar que a Indiciada possui residência fixa por anos no município de Ouro Preto, e tem os meios de contato registrados na FAOP, porém, a comissão de sindicância não diligenciou para entrar em contato com a Indiciada.

Nota-se também, que em momento algum o nome da Indiciada é apontado no relatório de auditoria que fundamentou a sindicância, bem como fundamentou o presente PAD!

Todos os fatos narrados em Conclusão da auditoria referem-se a indícios de ilicitudes atribuídas à servidora ANA CAROLINA DE MEDEIROS. que utilizou-se de alegado “excesso de confiança” da então presidente da FAOP, a servidora JULIA AMÉLIA MITRAUD VIEIRA.

A ocorrência do ilícito apontado só concretizou-se pela confiança depositada, e, principalmente, pela relação de cumplicidade estabelecidas entre a servidora ANA CAROLINA e JULIA AMÉLIA, conforme vimos nas provas colhidas na fase de instrução:

TRECHOS DO TERMO DE DELCAÇÃO PERANTE A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DA SRA. JULIA AMÉLIA MITRAUD VIEIRA

“Aos 12 dias do mês de março de 2020... compareceu a DECLARANTE acima qualificada...Inquirida pela Presidente da Comissão sobre os fatos que motivaram a Sindicância administrativa Investigatória respondeu que hoje percebe que muitas ações foram realizadas de má-fé pela ex servidora Ana Carolina, que acreditava na boa conduta da ex servidora; que na época não foi percebido essa malícia; que a ex-servidora Ana Carolina preparou as minutas



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

das portarias 10/2017, 10/2018 e 17/2018 e passou para a Procuradora; que a declarante afirma reconhecer hoje as irregularidades nas Portarias no que se refere as transferências eletrônicas entre contas bancárias por se tratarem de contas específicas de projetos;

(...)as senhas das contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal da declarante foi providenciada e realizada pela Gerente Ana Carolina junto à instituição bancária, acredita que tenha, em algum momento, autorizado tal ato, se recorda que a Gerente os "pressionava" alegando não conseguir fazer pagamento de fornecedores porque o banco estava solicitando a apresentação da Portaria para realizar os pagamentos aos fornecedores(...)"

TRECHOS DO TERMO DE DECLARAÇÃO PERANTE A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DA SRA. ANA CECI FRANCO VIDAL MOTA

"Aos 12 dias do mês de março de 2020... compareceu a DECLARANTE acima qualificada...Inquirida pela Presidente da Comissão sobre os fatos que motivaram a Sindicância administrativa Investigatória respondeu que (...)"que não acompanhou as fases de pagamento das despesas do convênio; que estes ficavam a cargo de Ana Carolina;

(...)que Ana Carolina quando atendia, no sentido de se retornar a alguma demanda da declarante ou de outro servidor, o fazia apenas apenas por intermédio da Presidente; que tinha impressão de que Ana Carolina era muito displicente, não conduzia determinadas situações com seriedade; que não havia contador na fundação e todas as funções financeiras e contábeis eram realizadas na Gerência de Orçamentos, Planejamento e Finanças, chefiada por Ana Carolina.

TRECHOS DO TERMO DE DECLARAÇÃO PERANTE A SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DO SR. JULIANO ADEUSI MOREIRA

"Aos 12 dias do mês de março de 2020... compareceu o DECLARANTE acima qualificado...Inquirido pela Presidente da Comissão sobre os fatos que motivaram a Sindicância administrativa Investigatória respondeu que (...)"que era comum a servidora Ana Carolina se reportar diretamente à Presidente assim como os demais;



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

(...)que não observou nada que causasse desconfiança quanto ao trabalho financeiro desenvolvido pela ex Gerente Ana Carolina e que era a única responsável e executora pelos processos relacionados à área financeira.”

3.DO DIREITO

A)DA NULIDADE DO INDICIAMENTO – AUSÊNCIA DE AMPLA DEFESA NA FASE DE SINDICÂNCIA

Conforme se vê no documento juntados aos autos, ATA DE AUDIÊNCIA, de 12 de março de 2020, atestou-se a ausência da Indiciada na fase de sindicância. Abaixo reproduzimos o trecho:

“ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 12 dias do mês de março de 2020, na sala de audiência localizada nas dependências da Corregedoria da Controladoria Geral do Estado, situada na Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Edifício Gerais, 12º andar, Bairro Serra Verde na cidade de Belo Horizonte/MG, às 15:00 horas, estando presentes: Presidente e Secretária da comissão responsável pela SAI 37/2019, verificou-se a ausência da declarante Fátima da Conceição Francisco de Souza Guido, razão pela qual a Presidente determinou que os autos lhe fossem conclusos, dando por encerrada a audiência designada.(...)”

Ora, tentou-se contato com a Indiciada por meio de email antigo, não mais acessado pela Indiciada, que dispunha a FAOP, no entanto, apesar de conhecer o endereço fixo da Indiciada bem como os outros meios para contato (telefônico por exemplo, como o foi para a citação do presente PAD), a instrução foi encerrada sem a oitiva da Indiciada!

Tal fato, por si só, macula de nulibilidade no indiciamento. Isto porque é falta grave a supressão da ampla defesa e contraditória, ainda que na fase preliminar, de sindicância.



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

A respeito colacionamos a lição de José Armando da Costa²:

“Sob a égide da processualística disciplinar em vigor, tanto o processo disciplinar quanto a sindicância (cautelar ou autônoma) jungidos que estão à garantia constitucional do devido processo legal, devem assegurar ao acusado o mais amplo direito de defesa.”

No mesmo sentido é a doutrina de Sebastião José Lessa³, entendimento análogo com base na Lei nº8.112/90, o qual citamos:

“3.12. Sindicância – Direito de defesa

Dispõe o inciso LV, do art. 5º, da Constituição Federal, que ‘os litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes’.

(...)Afirmando o direito de defesa na sindicância, o aresto do colendo Supremo Tribunal Federa: STF, RE AGR 337560 SC, rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 14.11.02. No mesmo sentido: STJ, MS 7773 DF, rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ de 04.03.02.

Conjugando-se o inc. LV, do art.5º, da CF com os arts. 143 e 156, da Lei nº 8.112/90, resta assegurado ao acusado o direito de acompanhar a sindicância pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.”

Nossos tribunais pátrios tem decido de igual forma, conforme vimos nos exemplos abaixo:

SINDICÂNCIA – APLICAÇÃO DE PENALIDADE ADMINISTRATIVA SEM OBSERVÂNCIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA – NULIDADE RECONHECIDA – APLICAÇÃO DO DL. 500/69 – Afronta o princípio da ampla defesa – garantia insculpida no art. 5º, LV, da Constituição Federal –

² COSTA, José Armando da, Processo administrativo disciplinar: teoria e prática. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.93

³ LESSA, Sebastião José, Direito administrativo disciplinar interpretado pelos tribunais. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p.130



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

a aplicação de penalidade administrativa mediante sindicância em que o servidor não foi citado para apresentar defesa dentro de prazo razoável. O DL. nº 500/69 que isenta o Distrito Federal do pagamento de custas processuais continua em vigor. (TJDFT – AC 37.369-DF – (Reg. Ac. 81.653) – 5ª T – Rel. Des. Romão C. Oliveira – DJU 07.02.1996)

SINDICÂNCIA – INOBSERVÂNCIA DO DIREITO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO – FALTA DISCIPLINAR INCOMPROVADA – PENALIDADE INSUBSISTENTE – SENTENÇA MANTIDA – IMPROVIMENTO DA APELAÇÃO – 1. Consoante texto constitucional expresso (art. 5º, LV), a ampla defesa e o contraditório também são assegurados no procedimento da sindicância para apuração de falta disciplinar. 2. Se, da prova colhida, não resultou devidamente comprovada a falta disciplinar atribuída ao funcionário, não pode subsistir a penalidade aplicada. (TJDFT – AC 28.634/DF – (Reg. Ac. 69.816) – 3ª T – Rel. Des. Estevam Maia – DJU 04.05.1994)

ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – MILITAR – SINDICÂNCIA – DESLIGAMENTO – PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA – INOBSERVÂNCIA – REINTEGRAÇÃO DETERMINADA – I- Evidenciada a inobservância aos princípios do contraditório e da ampla defesa pela sindicância que concluiu pelo desligamento do Impetrante, uma vez que em nenhum momento foi dada ciência da sua instauração, tampouco oportunizada sua manifestação nos autos, correta a concessão da ordem para anular o 2º ato de licenciamento e exclusão do impetrante do serviço do Exército. II- Reintegração determinada. (TRF 4ª R. – RNC 5001406-65.2019.4.04.7110 – Rel. Des. Fed. Rogerio Favreto – J. 22.10.2019)

Pelo exposto, requer-se desde já a reconsideração do indiciamento da defendente, havendo por medida de direito, ser excluída do polo passivo do presente PAD, sob pena de sobrevir nulidade em todo o procedimento instaurado.

B) DO LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO – INEXISTÊNCIA DE INDICIAMENTO DA SERVIDORA JULIA AMÉLIA MITRAUD VIEIRA COMO INDICIADA NO PAD



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

Pelos fatos narrados em sindicância, observa-se que as operações ilícitas que causaram dano relevante ao erário ocorreram com a participação da servidora “JULIA AMÉLIA MITRAUD VIEIRA”.

A referida servidora, na condição de Presidente da FAOP permitiu o livre acesso à servidora ANA CAROLINA a senhas privativas de sua responsabilidade, bem como chegou a assinar, por alegada “pressão” da servidora ANA CAROLINA, portarias que muniram a transferência de poder decisório à servidora gerente.

Sendo assim, causa-nos espanto a ausência de indiciamento da servidora JULIA AMÉLIA, uma vez que SEM A SUA EFETIVA PARTICIPAÇÃO, A SERVIDORA ANA CAROLINA não conseguiria alcançar a finalidade ilícita. Somente com as atitudes da Presidente é que ANA CAROLINA teve sucesso em sua empreitada criminosa. Tal é o que vimos através de trechos do depoimento, da própria JULIA AMÉLIA, perante a sindicância:

“Aos 12 dias do mês de março de 2020... compareceu a DECLARANTE acima qualificada...Inquirida pela Presidente da Comissão sobre os fatos que motivaram a Sindicância administrativa Investigatória respondeu que hoje percebe que muitas ações foram realizadas de má-fé pela ex servidora Ana Carolina, que acreditava na boa conduta da ex servidora; que na época não foi percebido essa malícia; que a ex-servidora Ana Carolina preparou as minutas das portarias 10/2017, 10/2018 e 17/2018 e passou para a Procuradora; que a declarante afirma reconhecer hoje as irregularidades nas Portarias no que se refere as transferências eletrônicas entre contas bancárias por se tratarem de contas específicas de projetos;

(...)as senhas das contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal da declarante foi providenciada e realizada pela Gerente Ana Carolina junto à instituição bancária, acredita que tenha, em algum momento, autorizado tal ato, se recorda que a Gerente os “pressionava” alegando não conseguir fazer pagamento de fornecedores porque o banco estava solicitando a apresentação da Portaria para realizar os pagamentos aos fornecedores(...)”



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

Sendo assim, o indiciamento da servidora JULIA ALMEIDA contorna-se à busca da verdade real, norte que deveria ser inafastável pela consideração da Comissão instituída.

O princípio da verdade material ou verdade real, vinculado ao princípio da oficialidade, exprime que a Administração deve tomar decisões com base nos fatos tais como se apresentam na realidade, não se satisfazendo com a versão oferecida pelos sujeitos. Para tanto, *"tem o direito e o dever de carrear para o expediente todos os dados, informações, documentos a respeito da matéria tratada, sem estar jungida aos aspectos considerados pelos sujeitos."*⁴.

Ainda sobre o dever de observância do princípio da verdade real, colacionamos a lição de Sebastião José Lessa, citando entendimento de Palhares Moreira Reis⁵:

"Elucidativa a lição de Palhares Moreira Reis⁶:

'(...)Saliente-se que o comprometimento dos encarregados dessas investigações é com a verdade real dos fatos, sejam eles absolutórios ou condenatórios. (Processo disciplinar, p. 130)'

Diante de tal descortino, a Comissão de Inquérito deverá atuar na valorosa busca da verdade real, ressalte-se, com imparcialidade e independência."

Pelo exposto, requer-se desde já a inclusão da servidora JULIA ALMEIDA como INDICIADA no presente PAD, sob pena de sua ausência causar nulidade ao presente feito, bem como, de se ter configurado, eventualmente, a figura típica penal de prevaricação pelas autoridades investigantes.

⁴ MEDAUAR, Odete. **A processualidade no direito administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 131

⁵ LESSA, Sebastião José, *Direito administrativo disciplinar interpretado pelos tribunais*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p.81

⁶ REIS, Palhares Moreira. *Processo disciplinar*. 2. ed. Brasília: Consulex, 1999. (Nota do autor)



C) DA INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO DA INDICIADA – ROTINA ORGANIZACIONAL JÁ IMPLEMENTADA ANTES MESMO DE SUA NOMEAÇÃO AO CARGO DE DIRETORA

Quando nomeada em julho/2015 para a DPGF/FAOP, o quadro organizacional de sua diretoria já estava implementado. Isto é, já havia uma rotina de excessiva e preocupante confiança depositada pela então Presidente, JULIA ALMEIDA, à servidora gerente, ANA CAROLINA.

Os depoimentos carreados e já citados nesta peça defensiva dão conta deste fato.

Assim, o setor em que a Indiciada desempenhou suas funções como diretora, havia a designação (fática e depois formal através das portarias assinadas pela presidente) de deliberação à Gerente, Ana Carolina.

A situação, como exposta, dá conta de que havia um “by-pass” articulado entre a “subordinada” da Indiciada e sua superiora, Presidente da FAOP. Quando o subordinado encontra-se sobre proteção e deliberação da autoridade máxima do órgão cria-se um caminho de difícil detecção de irregularidades pela diretora.

A confiança depositada pela Presidente à gerente ANA CAROLINA não aparentava, à primeira vista, em uma situação de ilicitude. Não há que se falar em omissão hierárquica pela Indiciada porque a ausência de fiscalização de sua gerente se deu com atitudes permissivas da presidente. Ou seja: a Indiciada era “vítima” do “esquema” já implantado e referendado pela Presidente da FAOP, sua superiora hierárquica.

Não há nos autos uma assinatura sequer pela Indiciada em documento que comprometesse a correta aplicação dos recursos públicos. Alias, o relatório de auditoria sequer cita o nome da Indiciada!!!



RODRIGO PAIVA - ADVOCACIA

É surpreendente o seu indiciamento sem que a autoridade fiscalizadora vislumbresse ato ou omissão que teve origem em ordem sua.

O presente procedimento reveste-se de atos e “cambalachos” em que as 2 únicas pessoas envolvidas, seja por má-fé ou excesso de inocência (a se apurar) foram a gerente e a presidente.

O afirmado no presente item será provado por meio de provas testemunhais.

4.CONCLUSÃO

Os fatos ilícitos narrados no presente PAD são estranhos à atuação da Indiciada, sendo que a perquirição administrativa se deve ater às verdadeiras “possíveis” causadoras do dano ao erário, as então servidoras: ANA CAROLINA e JULIA AMÉLIA.

Sendo assim, por medida de justiça e prestígio ao princípio da verdade real, requer-se a exclusão imediata da Indiciada da condição de Indiciada, posto que inexistente qualquer prova de vínculo ou permissão à ocorrência de dano ao erário pela Indiciada.

Lado outro, requer-se a inclusão da Presidente da FAOP à época da ocorrência dos fatos, Sra. JULIA ALMEIDA no PAD na condição de INVESTIGADA, por sua inerradável atitude permissiva, que foi claramente indispensável para que a servidora ANA CAROLINA alcançasse suas ambições.

Por derradeiro, requer-se a produção de todas provas em direito admitidas, em especial a testemunhal (cujo rol já consta ao fim desta peça).

Nestes termos,

p. deferimento.

Mariana, 22 de fevereiro de 2021.

RODRIGO DE PAIVA FERREIRA
OAB/MG N.122.086

Rol de testemunhas:

1. Júlia Amélia Mitraud Vieira
2. Ana Carolina de Medeiros
3. Filomena Geraldo Neta
4. Maria Coeli Lage
5. Maria de Fátima Silva Lana
6. Mirella Oliveira.